

Câmara aprova texto que limita demarcação de terras indígenas

NOVO REVÊS

Câmara ignora apelos do Planalto por acordo e aprova marco temporal com apoio da base

LAURIBERTO POMPEU, GABRIEL SÁBIA, CAMILA TURTELLE E DIMITRIUS DANTAS

Com o apoio de partidos da base governista, a Câmara dos Deputados impôs ontem uma nova derrota ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao aprovar o projeto que cria o marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

O marco temporal foi aprovado com 283 votos favoráveis e 155 contrários. MDB, PSD e União Brasil, partidos que indicaram três ministros, cada, deram 95 votos de apoio ao texto.

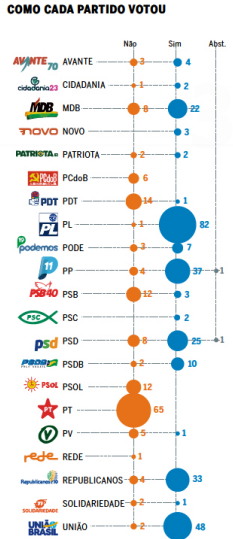
O resultado engrossa a lista de reverses de Lula no Congresso. No início do mês, no primeiro alerta sobre a instabilidade da base, a Câmara derrubou o projeto de um decreto presidencial que mudava o marco do saneamento.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), orientou os aliados a votarem contra o marco temporal e defendeu o adiamento da discussão. Momentos antes de chegar ao plenário, no entanto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Planalto não deu garantia de que iria cumprir o trato.

A aprovação foi articulada por Lira e aliados dele. A celestidade da transição do projeto



Posição. Deputados contrários ao marco temporal se manifestaram no plenário da Câmara durante a votação: texto foi aprovado por 283 votos a 155, o que representa um novo revés para o Planalto



O PROJETO
O que estabelece o marco temporal
Define que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.



Recado. Lira articulou a favor da aprovação e deu indireta ao governo

texto deve passar por comissões antes de ir ao plenário. Ontem, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, esteve com Pacheco e pediu uma "redução de danos".

O texto prevê ainda construção de estradas e de usinas hidrelétricas, instalação de postos militares e demais intervenções militares em áreas protegidas, sem consulta às comunidades indígenas envolvidas ou ao órgão indigenista federal competente.

O projeto representa um genocídio legislado, porque vai afetar diretamente povos isolados. Autoriza acesso de terceiros em territórios onde vivem pessoas, povos que ainda não tiveram contato com a sociedade — disse Guajajara.

Na visão dos defensores da proposta, a utilização do bono presente, "ocupam", a Carta trata dos territórios ocupados naquela data. Argumentam que o marco é uma forma de garantir segurança jurídica a proprietários de terras, que poderiam ser desapropriados caso fossem reivindicadas como territórios indígenas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4